

Notícias do dia 11 de setembro



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# TCE e TCM vão discutir gestão pública em workshop on-line - FIO DIRETO

**SUELY ARANTES**

+ O aprimoramento da gestão pública e do controle externo é o tema do Diálogo Interinstitucional, evento virtual que será promovido em conjunto pelos tribunais de contas do Estado e dos Municípios de **Goiás (TCE e TCM-GO)**, entre os dias 21 e 23 de setembro.

+ As inscrições já estão abertas pelo link (<http://bit.ly/2SyaTM3>) e devem ser realizadas até 17 de setembro. Haverá emissão de certificado de 20 horas para participantes de, no mínimo, 75% dos painéis.

+ Os painelistas são pesquisadores e profissionais renomados, locais e nacionais, dos tribunais de contas, de entidades e órgãos públicos de controle e da academia. As discussões vão abordar parcerias e articulações para as políticas públicas, governanças interinstitucionais em prol da educação e o gabinete de articulação interinstitucional na área da saúde.

**Site:** <http://impresso.dm.com.br/edicao/20200911>

---

# Seminário para jornalistas aborda uso de verbas e cargos parlamentares

Ministério Público de Contas

O procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPC-PR) Gabriel Guy Léger será um dos palestrantes do terceiro encontro do seminário Contas Públicas e Temas Sensíveis. Exclusivo para jornalistas, o evento por videoconferência será realizado nesta segunda-feira (14 de setembro), das 14 horas às 15h30. O tema em debate é a fiscalização do uso de verbas e cargos parlamentares.

O seminário é promovido pela organização Contas Públicas em parceria com a Associação Nacional de Jornais (ANJ). Além do procurador do MPC-PR, participam do debate o ministro-substituto do Tribunal de Contas da União (TCU) Marcos Bemquerer, presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon); a **conselheira**-substituta do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** Heloísa Helena Monteiro; a professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Ana Carla Bliacheriene; e o integrante do Observatório Social do Brasil (OSB) Ney Ribas, especialista em controle social.

A participação no seminário, que oferece certificado, é gratuita. Mais informações e inscrições pelo telefone: (11)98175-0821.

Fonte: TCE/PR

**Site:** <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/seminario-para-jornalistas-aborda-uso-de-verbas-e-cargos-parlamentares/8311/N>

---

# O que está acontecendo com a Orquestra Filarmônica de Goiás?

Dias atrás, em uma conversa informal, um colega músico (do naipe de sopros) manifestou sua preocupação com o atual momento da Orquestra Filarmônica de **Goiás** (OFG). Diante disso, procurei me informar melhor sobre esse assunto com alguns outros colegas que conhecem bem os bastidores da Cultura em **Goiás**, e uma frase mencionada me chamou muito a atenção: "Hoje, a Orquestra Filarmônica de **Goiás** está correndo sérios riscos".

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a última reativação da OFG ocorreu no final de 2012. Esta reestruturação incluiu, entre outros feitos, a renovação e a ampliação do quadro de músicos a partir da oferta de salários mais atraentes, além de algumas melhorias na infraestrutura.

Para a formação da Nova Orquestra Filarmônica de **Goiás**, foram criados, à época, 50 cargos comissionados. Até então, os cargos de instrumentistas de orquestra, no Estado de **Goiás**, eram ocupados através de Concurso Público. Mas, a partir de 2012/13, os músicos passaram a ser escolhidos via Edital de Seleção. Cumpre destacar que, nesse sistema de "cargos comissionados", não existe a estabilidade do servidor no emprego, isto é, não há garantia de permanência da pessoa, no caso, do instrumentista, no cargo.

Com efeito, a falta de estabilidade do músico no emprego traz alguns benefícios para a administração de uma orquestra. Isso porque, se o músico não render o suficiente, ou apresentar algum problema de relacionamento com o maestro, por exemplo, ele poderá ser demitido com mais facilidade. Além disso, para substituir esse instrumentista, basta que se faça uma nova audição, sem muita burocracia.

Ainda é imprescindível relatar, neste momento, que a Nova Orquestra Filarmônica de **Goiás**, ao longo dos anos, desde o final de 2012, evoluiu bastante, em especial no quesito "qualidade musical". Inegavelmente, tal ocorrência é resultante tanto da qualidade dos músicos de estante quanto do excelente trabalho realizado pelos atuais regentes ou maestros que por lá passaram. Eliseu Ferreira, Alessandro Borgomanero, Marshal Gaioso e Neil Thomson são alguns desses maestros. Também não podemos nos esquecer da importante contribuição, na parte administrativa, da pianista Ana Elisa Santos.

O reconhecimento da Orquestra Filarmônica de **Goiás** (OFG) - em nível nacional - chegou rápido. Já no ano de 2015, fui surpreendido por uma marcante matéria na página do "Guia Folha" (hospedado no site da UOL), que tratava de uma enquete organizada pela "Folha de São Paulo". Na referida enquete, o resultado da votação do público e de jurados especializados indicou o concerto realizado pela Orquestra Filarmônica de **Goiás**, no mês de julho, na Casa São Paulo - quando realizava a sua segunda turnê nacional -, como um dos destaques da Temporada 2015. A OFG se apresentou, na ocasião, sob a batuta do maestro Neil Thompson. Um dos jurados daquela enquete, o jornalista Manuel da Costa Pinto, justificou assim o seu voto: "credenciou-se [a OFG] como uma das melhores orquestras brasileiras".

Concerto do dia 11 de novembro de 2019

(Foto: Rafaella Pessoa)

Eu fui violinista da OFG por dez anos e, neste período, toquei sob a batuta dos falecidos maestros Braz Wilson Pompeu de Pina Filho e Joaquim Jayme. Depois, fiz alguns cachês, principalmente na época do maestro Emílio De César. Mas confesso que, por motivos óbvios - principalmente econômicos - nunca passou pela minha cabeça a possibilidade de uma orquestra da nossa região obter reconhecimento de uma crítica nacional especializada.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que a administração da Nova Orquestra Filarmônica de **Goiás** optou por trocar a forma de gestão em uso até então. Nesse sentido, devo esclarecer que fui um dos representantes da área de música no Conselho Estadual de Cultura, de 2015 a 2017. E integrar esse órgão

colegiado permitiu, por exemplo, minha indicação para compor duas comissões que decidiriam os interesses da OFG nos anos seguintes. São elas: 1) Comissão de Seleção de Organização da Sociedade Civil e Interesse Público (OSCIP) para a gestão da OFG na Temporada 2016 e 2) Comissão de Seleção de Organização Social (OS) para a gestão da OFG, no período de 2017 a 2020.

Mas nem tudo são flores. A parceria da OFG com a OS vencedora em 2017 - por motivos ainda obscuros - foi encerrada de forma nada amigável, em julho de 2018. Pelo que pude perceber conversando com alguns representantes das duas entidades (OS e OFG), em algum momento "brotaram" os famigerados problemas de relacionamento. Fato é que, citando um desses interlocutores, "essas pessoas estão pagando um preço alto por isso". Vale destacar que a referência trata das pessoas envolvidas neste desentendimento.

Acrescente-se a isso o fato de que os idealizadores desse projeto de reestruturação da Orquestra Filarmônica de **Goiás** - Ana Elisa, Eliseu Ferreira e Alessandro Borgomanero - já não trabalharemos mais na mencionada Instituição.

Desde o final de 2019, para piorar a situação, além dos problemas causados pela pandemia de Covid-19, a Orquestra Filarmônica de **Goiás** enfrenta um imbróglio jurídico que, como aludido, ameaça até mesmo o seu funcionamento.

Vou explicar: Como mencionei, no final de 2012 ou início de 2013, foram disponibilizados os cargos comissionados para o preenchimento das vagas de instrumentistas da Orquestra Filarmônica de **Goiás**. Em 2017, esses músicos foram vinculados a uma Organização Social. A partir de julho de 2018, com o fim da parceria entre Estado e OS, esses artistas passaram a ter contratos temporários.

O problema é que para os auditores do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, fundamentados no Artigo 37, incisos 5 e 9 da Constituição Federal, esses contratos temporários são ilegais. Além disso, parece que a administração da OFG foi notificada sobre esse entendimento do **TCE**, ainda em 2019. Pelo que se pode observar, tal situação vem se arrastando por alguns meses. E, ao que tudo indica, chegou o momento de essa pendência ser resolvida.

De acordo com uma fonte confiável, existem algumas alternativas para a resolução do referido imbróglio jurídico. Em várias delas, no entanto, deve haver, inicialmente, a extinção desses cargos. Melhor esclarecendo, a princípio, todos os músicos deverão ser demitidos e só depois de resolvido o problema, o quadro de artistas da OFG deverá ser novamente preenchido, provavelmente por meio do velho Concurso Público. Uma segunda ideia seria tentar, mais uma vez, o edital de chamamento público para uma nova parceria com uma Organização Social (OS). Uma terceira possibilidade, ainda, seria a OS que administra o ITEGO em Artes Basileu França assumir a contratação desses músicos, claro, se tal alternativa for viável sob o aspecto legal.

Enquanto escrevia este artigo fui informado de que hoje (10/09/2020) vai acontecer uma reunião com representantes da orquestra e autoridades governamentais para decidir o futuro da Orquestra Filarmônica de **Goiás**.

Vamos aguardar!

Concerto do dia 16 de maio de 2018 - Centro de Convenções da PUC (**Goiânia**)

Solista: Nelson Freire (piano)

(Foto: Rafaella Pessoa)

**Site:** <https://www.aredacao.com.br/colunas/139476/othaniel-alcantara/o-que-esta-acontecendo-com-a-orquestra-filarmonica-de-goias>